A/C: Sr. Superintendente Andréa de Souza Diogo

SITUAÇÃO DE RISCO À SAÚDE PELAS COMUNIDADES PESQUEIRAS ATINGIDAS PELO CRIME SÓCIO-AMBIENTAL DA SAMARCO NA BACIA DO RIO DOCE E LITORAL DO ESPIRITO SANTO

Está perto de fazer 2 anos que rompeu a barragem do Fundão, no Município de Mariana, Minas Gerais, Brasil.

Milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro da empresa Samarco, uma empresa de sociedade anônima controlada em partes iguais pela anglo-australiana BHP Brasil Ltda. e a brasileira Vale S.A., formaram uma enxurrada de lama que destruiu vilarejos, 349 casas, escolas e igrejas, além de contaminar o Rio Gualaxo do Norte, Rio do Carmo e do Rio Doce. Ao todo, 19 pessoas morreram.

A empresa americana Bowker Associates, de consultoria, declarou que o desastre de Mariana representa o triplo recorde mundial da história da mineração:

1. Trata-se do derrame de uma quantidade de lama entre 32 e 62 milhões de metros cúbicos; 2. A extensão da destruição ao longo de 680 km; e

3. Os danos avaliados entre 5 e 55 bilhões de dólares.

No que diz respeito à reparação e a indenização, muitas das pessoas atingidas ainda esperam por justiça.

A gravidade da situação sócio-ambiental a que as comunidades pesqueiras estão submetidas e dos riscos à saúde com uma péssima atenção e ausência de medidas de prevenção.

Proc SEI 02009.102330/2017-21

IBAMA / PROTOCOLOR / SUPES / ES
Nº SEI:
DATA: 07 / 11 / 2017
ASSINATURA / SERVIDOR

Situação Sócio-Econômica e de Saúde

O modo de vida dos pescadores e pescadoras artesanais foi extremamente alterado e a situação social.

A falta da pesca tem causado graves problemas econômicos. Alguns pescadores na intenção de conseguir algum dinheiro se arriscam a pescar mais ninguém compra com medo de contaminação, estas famílias tem consumido este pescado contaminado.

Muitas famílias não estão sendo contempladas com o auxilio emergencial e vivem em situação de muita dificuldades, pois não tem alimentos, agua potável. Muita gente endividada e com conflitos familiares e pessoais.

O auxílio emergencial corresponde a um salário mínimo (937,00) acrescido de um vale alimentação de 400,00 mais um porcentagem pro cada membro familiar não tem mantido o nível de vida anterior e os pescadores não tem conseguido honrar os seus compromissos financeiros o que tem gerado incerteza e muitas situações de conflitos familiares, depressão, aumento de utilização de medicamentos controlados e de todos os tipos e toda sorte.

Outras atividades produtivas estão comprometidas como a agricultura, o artesanato, assim como atividades ligadas ao turismo, como restaurantes que haviam ao longo do rio e que tinha o pescado como o seu prato principal. Os areieiros também não tem como trabalhar uma vez que eles tiravam a areia do rio, e a areia continua ainda com lama. As mulheres que

FAPAE
ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE JACARAÍPÉ
CNPJ 04.065.163.0001-03

trabalhavam com a lavagem de roupa também perderam sua renda e muitas estão desassistidas do auxilio emergencial.

Os pescadores e as pescadoras relatam que depois do crime aumentaram vários problemas de saúde, dentre eles:

1- Houve o surto de Febre Amarela, Dengue e Zika;

2- Alergia de pele, coceiras na pele, feridas expostas;

3- Aumento do número de caos de depressão, crise de ansiedade, perda memória, problemas do sono, esquecimento, transtornos mentais e comportamentais – adoecimento psíquico;

4- Aumento da ingestão de remédios controlados e outros remédios;

5- Aumento do número de pessoas com alcoolismo e que fazem ingestão de drogas;

6- Aumento do número de famílias que estão se separando;

7- Número grande de pessoas que estão consumindo água contaminada da bacia do Rio Doce;

8- Muitas pessoas com caso de diarreia e dor de barriga;

9- Muitas pessoas com queixas de dores articulares, e nos ossos, caimbras;

10- Reações alérgicas quando comem o peixe, vômito;

11- Aumento de casos de pressão alta, etc.

As unidades que saúde não estão preparadas para tal situação e tem atendido inadequadamente ou não tem profissionais suficiente para o atendimento.

Diante do exposto, reivindicamos ao MS:

- Apoio para a qualidade da Água, do pescado e do sedimento;

- mobilizar e capacitar a atenção básica para saber lidar com o agravamento a situação sócio-ambiental e da saúde;

- Apoio para garantir o acesso a água não contaminada;

- Avaliação da saúde da população ao longo da bacia nos estados do Espírito Santo e Minas Gerais;

- Ajudar na discussão da não liberação da pesca por conta da insegurança alimentar que representa, até que se tenha provas efetivas, confiáveis e independentes que atestem a sanidade e descontaminação do pescado;

- Fortalecer o serviço psicossocial na região entendendo como caso epidêmico de saúde pública;

- Garantir os direitos da saúde do trabalhador e dos povos do Campo, Floresta e das Águas.

Reivindicamos ao Setor da Pesca - SAP:

- Regularização imediata dos RGP's;

- Advogacy para garantir os direitos trabalhistas e previdenciários (Defeso e benefícios previdenciários);

- Manter emergencialmente a vigência do protocolo para garantia dos direitos;

- Proibição da Pesca até que se tenha informações sobre a qualidade e não contaminação dos pescados;

- Esclarecer para o empresa RONOVA, que as pescadoras que atuam na cadeia produtiva tem direitos;

- Garantir que seja discutida as medidas de revitalização do rio a fim de que seja restabelecida a pesca;

Reivindicamos ao INSS:

- Advogacy para garantir os direitos trabalhistas e previdenciários (Defeso e benefícios previdenciários);

- Garantir o entendimento de que os pescadores desta região não percam a qualidade de segurado, por conta de um crime sócio-ambiental do qual não foram responsáveis;

Reivindicamos ICMBIO e IBAMA:

- fechamento total da pesca (espécies nativas e exóticas por tempo indeterminado) até que seja descontaminado o rio e garantida a qualidade do pescado. No Rio Doce e no litoral do Espírito Santo de Carapebus-Serra a Conceição da Barra;

- Garantir o direito dos pescadores ao seguro defeso , mantendo a portaria de proibição;

- Exigir estudos sobre análise de risco ambiental e à saúde;

- Construção de um plano de recuperação do rio doce, afluentes, lagoas, manguezais – todas as áreas atingidas, com ampla participação da sociedade, garantindo a especial participação dos pescadores e pescadoras;

- Proibir a construção de novas barragens, especialmente a de Manhaçu – Aymorés;

- Construir um plano emergencial para expectativa de enchente;

- Apoio para a avaliação da qualidade da Água, do pescado e do sedimento;

Reivindicação MPF:

- Advogacy na manuntenção dos direitos trabalhistas e previdenciários dos pescadores artesanais;

- ação civil publica ;

- apoiar a discussão sobre indenização e do auxilio emergencial para todos os atingidos;

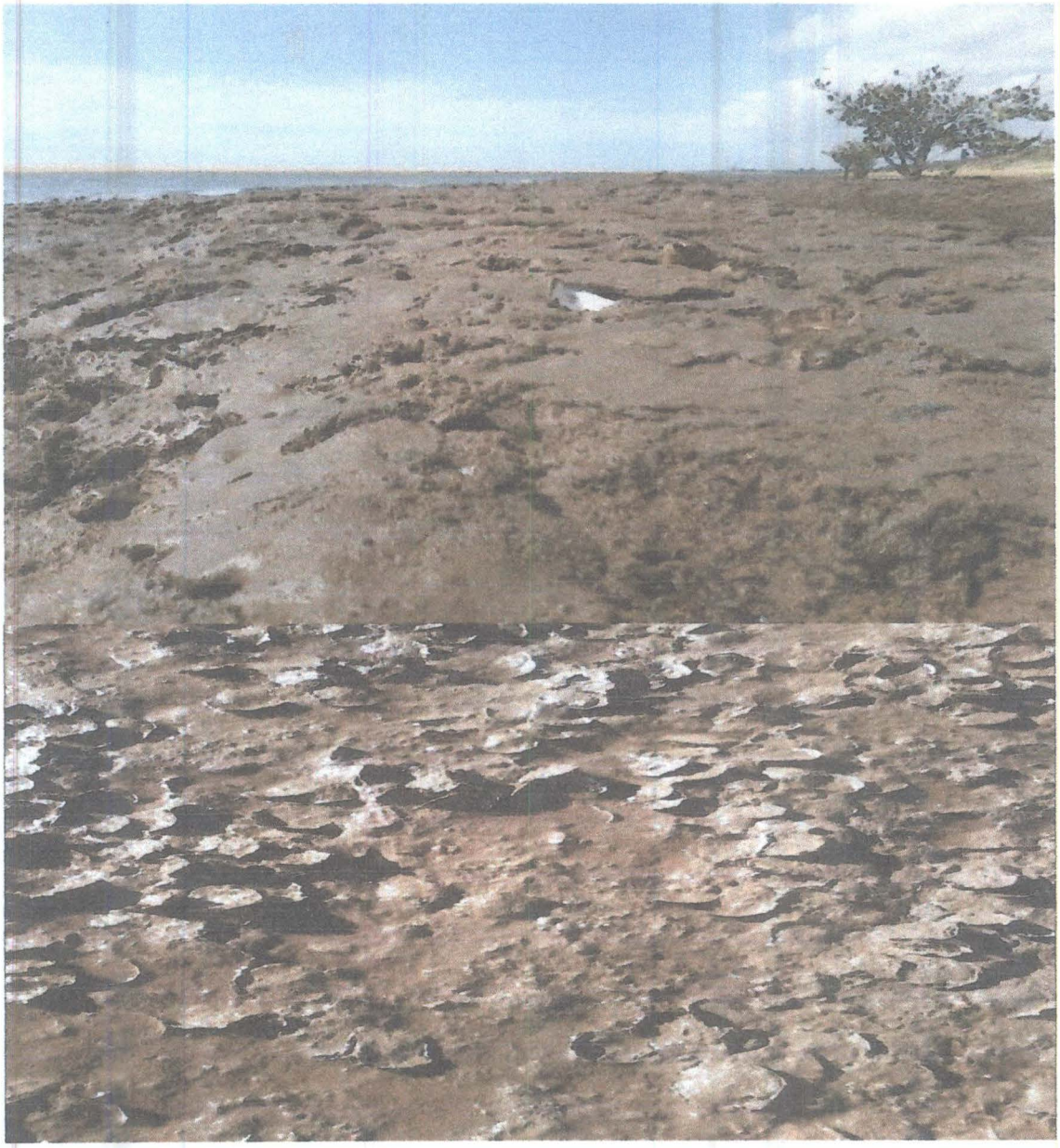
- Defesa dos direitos da mulheres pescadoras;

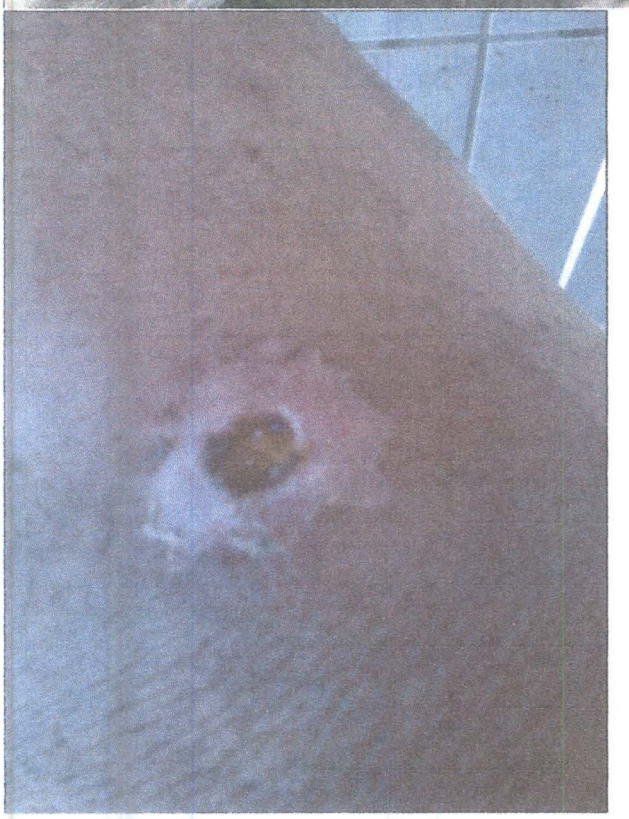
- Proibição da Pesca até que se tenha informações sobre a qualidade e não contaminação dos pescados;

- Impelir a construção de um plano de recuperação do rio doce, afluentes, lagoas, manguezais – todas as áreas atingidas, com ampla participação da sociedade, garantindo a especial participação dos pescadores e pescadoras;

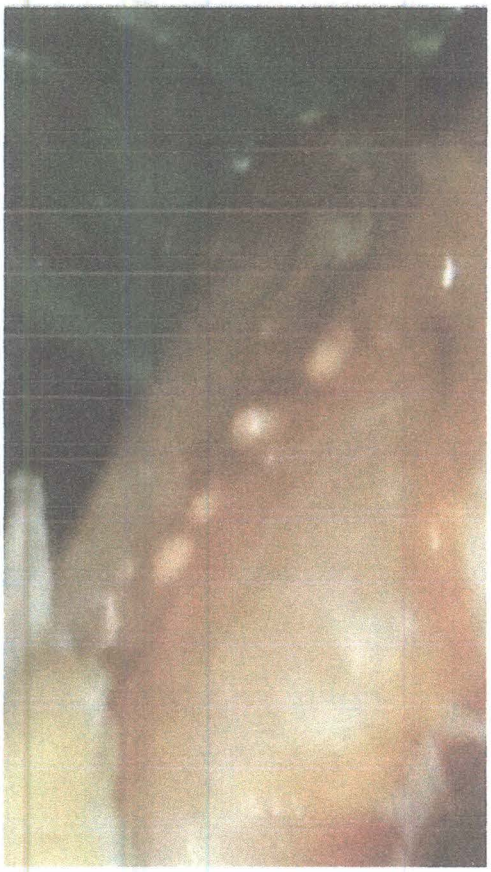
- Proibir a construção de novas barragens, especialmente a de Manhaçu – Aymorés;

- Que as reuniões da Renova com os pescadores e pescadoras para tratar de valores de indenizações seja feita com a presença de representantes do MPF e Defensoria Pública do ES e de MG;





Dezembro 2016



Agosto 2017